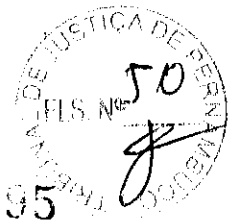




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº 0201969-2

COMARCA: Olinda – 3ª Vara Criminal
IMPETRANTE: Defensoria Pública do Estado de Pernambuco
PACIENTE: John Johnson Fontes da Costa
PROCURADOR: Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ROUBO QUALIFICADO. PRISÃO EM FLAGRANTE. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO NA CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS AO RÉU. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO PROBATÓRIA. PERICULOSIDADE CONCRETA. PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 312, DO CPP.

1. Não existe falta de fundamentação para a custódia cautelar, uma vez que os autos revelam elementos suficientes para embasar a prisão provisória, nos termos do art. 312, do CPP. Depreende-se dos autos que há motivação suficiente para a manutenção da custódia cautelar do paciente, cuja periculosidade concreta, revela-se pelas circunstâncias em que o crime foi supostamente cometido.
2. O fato do paciente possuir condições subjetivas favoráveis, por si só, não impede a manutenção da sua custódia cautelar, quando preenchidos os requisitos legais, conforme entendimento pacífico dos Tribunais.
3. Os prazos processuais não são peremptórios, ou seja, não resultam de uma simples operação aritmética, devem prosseguir dentro do princípio da razoabilidade. Exige-se, acima de tudo, prudência na aferição das circunstâncias e justificativas inerentes a cada caso.
4. Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nos presentes autos de *Habeas Corpus* nº **0201969-2**, no qual figura como parte a acima nomeada, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 27 de 01 de 2010.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



096

HABEAS CORPUS Nº 0201969-2

COMARCA: Olinda – 3ª Vara Criminal
IMPETRANTE: Defensoria Pública do Estado de Pernambuco
PACIENTE: John Johnson Fontes da Costa
PROCURADOR: Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido liminar, impetrado pela Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, na pessoa da Dra. Roberta Rodrigues Pitanga, em favor de **JOHN JOHNSON FONTES DA COSTA**, qualificado às fls. 02, com fulcro no art. 5º, XXXV, LIV e LXVIII, da Constituição Federal de 1988 c/c arts. 647 *usque* 667, do Código de Processo Penal, apontando como autoridade coatora o **JUIZ DE DIREITO EM EXERCÍCIO NO MUTIRÃO CARCERÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, nos autos da **Ação Penal nº 226.2009.003536-6**, pela infração tipificada no art. 157, §2º, I, do Código Penal (Roubo qualificado).

Em síntese, sustenta a impetrante que o paciente foi preso em flagrante delito desde o dia **01/06/2009**, ultrapassando, assim, os prazos fixados em lei, caracterizando constrangimento ilegal por excesso de prazo. Invoca o desrespeito a diversos Princípios Constitucionais, além da quebra do direito a liberdade de ir e vir do Paciente, o que torna a manutenção da sua segregação cautelar imoderada e ilegal. Afirma, ainda, que o paciente não preenche nenhuma das hipóteses autorizadoras da decretação da Prisão Preventiva, nos termos do art. 312, do CPP, somado ao fato de ser pessoa de boa índole, primário e com endereço certo, o que demonstra que o acusado atende aos requisitos ensejadores da concessão do benefício da Liberdade Provisória (fls. 02/11).

À impetração foram colacionados documentos de fls. 12/28.

Em continuidade, **indeferi** o pedido de liminar (fls. 35/36) e **oficiei** o M.M. Juízo singular para prestar informações pormenorizadas sobre as alegações constantes da petição inicial (fls. 37).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



097

Em 14/12/2009, através de ofício nº561/2009 (fls.40/41) foram prestadas informações atualizadas pela Autoridade Coatora.

Nesta Instância, o douto Procurador de Justiça, na pessoa do Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, pronunciou-se pela **denegação** da ordem (fls. 44/46).

É o relatório.

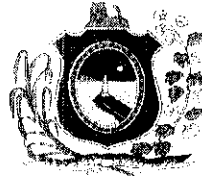
VOTO DO RELATOR

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido liminar, impetrado sob a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo na conclusão da Instrução Criminal, além da ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar do paciente, mantida pela apontada autoridade coatora.

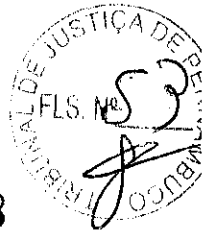
Narra a Denúncia (fls.12/14), colacionada aos autos pela impetrante, que no dia 01/06/2009, por volta das 00h30, na Avenida das Graças, bairro de Rio Doce, Olinda/PE, o denunciado **JOHN JOHNSON FONTES DA COSTA** subtraiu para si, mediante uso de arma branca, o valor de R\$ 5,30 (cinco reais e trinta centavos) da vítima **JOSÉ MÁRIO DE SANTANA**.

Versa o procedimento administrativo que, naquele dia e hora, a vítima se encontrava na lanchonete de sua propriedade juntamente com sua funcionária, quando o denunciado chegou perguntando a vítima se vendia cigarros. Diante da resposta negativa, o denunciado sacou uma faca, anunciando o assalto e ordenando que a vítima não reagisse, bem como lhe entregasse todo o dinheiro que tivesse. Consta nos autos que a vítima (Sr. José Mário), conseguiu fugir do local, ficando apenas a sua funcionária, quando o acusado entrou no balcão do estabelecimento e retirou a quantia acima referida, empreendendo fuga do local do crime, logo em seguida.

A Polícia Militar foi acionada por populares que se encontravam no estabelecimento, iniciando uma perseguição contra o denunciado, o qual foi encontrado em sua residência, onde foi conduzido à presença das vítimas, que o reconheceu. A arma utilizada na prática delitiva também foi apreendida, nos termos da inicial acusatória.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



098

Argumenta a Defesa que o paciente se encontra segregado cautelarmente há mais tempo do que o previsto em lei, estando todos os prazos processuais ultrapassados, sem que haja a conclusão da Instrução Criminal. Evidencia o desrespeito a diversos Princípios Constitucionais, além da quebra do direito a liberdade de ir e vir do Paciente, o que torna a manutenção da sua segregação cautelar imoderada e ilegal. Afirma que a natureza da infração e/ou a gravidade abstrata do delito, por si sós, não legitimam a custódia cautelar do paciente, ante a ausência de sentença condenatória com trânsito em julgado, o que caracteriza uma violência, diante da ausência dos motivos garantidores da decretação da sua Prisão Preventiva, nos termos do art. 312, do CPP.

Por fim, assegura que o paciente é pessoa de boa índole, primário, tem endereço certo, residindo no distrito da culpa, além de não constar qualquer evidência nos autos de que o acusado pretenda fugir, o que rechaça os fundamentos emanados pelo Juízo singular quando da decretação da prisão preventiva.

O Juiz monocrático, às fls. 40/41, retrata termos da Denúncia e informa o andamento do processo originário, ressaltando que após o recebimento da Denúncia, o paciente foi regularmente citado para apresentar sua Defesa Preliminar, tendo deixado transcorrer o prazo legal, sem qualquer manifestação. Sendo assim, nos termos da lei, foi encaminhado os autos à Defensoria Pública para o oferecimento da Defesa Inicial do acusado, prestada, apenas, em 03/09/2009.

Em continuidade, o Juízo singular informa que, em face da requisição imediata dos processos com acusados presos, pelo Mutirão Carcerário, não foi possível, naquele momento, proceder com a designação da audiência instrutória, tendo que aguardar o retorno dos autos, que só ocorreu em 23/10/2009. Em seguida, cientifica que após a restituição dos autos, prontamente, foi designada a audiência de instrução e julgamento para o dia 04/03/2010, inexistindo pauta vaga anterior. Ressalta, por fim, que os autos foram reavaliados pelo Mutirão Carcerário, tendo sido "*considerado que o feito transcorre dentro da normalidade, não tendo este juízo dado causa a qualquer constrangimento que ensejasse a soltura*" do paciente.

Infere-se da Decisão exarada pelo Juízo *a quo* (fls. 28/28v) que sua fundamentação baseou-se no *modus operandi* em que foi supostamente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



praticado o delito, evidenciando a periculosidade concreta do paciente, conforme transcrição parcial de seu decreto:

"(...) A conduta apontada ao acusado revela-se de extrema gravidade e demonstra que tem personalidade voltada para o cometimento de ilícitos, agindo de forma truculenta, audaciosa, munido de arma branca, ou seja, faca, inibindo qualquer resistência por parte dela à preservação de seu patrimônio e de sua integridade física.

O comportamento supostamente atribuído ao réu retrata que **é capaz de repetir a mesma ação, aumentando o índice de violência urbana.**

A garantia da ordem pública se faz presente, assim, como requisito autorizador da constrição cautelar do acusado. A sua liberdade traz risco à segurança social, traduzido na possibilidade de cometimento de novos ilícitos, contribuindo de maneira voraz ao clima de intranquilidade e insegurança por que passa a sociedade.

A par dos princípios constitucionalmente garantidos da liberdade e da presunção de inocência, há de preponderar o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, na exata medida em que a proteção da sociedade se sobrepõe ao direito individual quando esta é privada do bem viver em detrimento de ações nefastas que atentam contra o patrimônio e a integridade física e psíquica de toda a coletividade.

O afastamento do réu do convívio social é medida necessária e imprescindível à manutenção da ordem pública (...)"

Nesse mesmo sentido, pronunciou-se o Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. PRESENÇA DOS SEUS REQUISITOS. ORDEM DENEGADA. Não configura cerceamento de defesa o fato de o advogado do paciente não ter tido a oportunidade de fazer sustentação oral, se não comprovada a apresentação de requerimento para que a defesa fosse intimada do dia do julgamento do *habeas corpus*. Inexiste excesso de prazo na prisão do acusado que, além de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



100

pronunciado, já teve marcado o seu julgamento pelo tribunal do júri. Precedentes (HC 94.374, rel. min. Menezes Direito, DJe-192 de 10.10.2008; HC-AgR 92.031, rel. min. Ellen Gracie, DJe-152 de 15.08.2008). Eventuais irregularidades na prisão temporária do réu restaram prejudicadas com a decretação da sua prisão preventiva. **A periculosidade do paciente, evidenciada pelas instâncias ordinárias com base em dados concretos, justifica a decretação e a manutenção da custódia cautelar, para a garantia da ordem pública.** Precedentes (HC 94.260, rel. min. Cármen Lúcia, DJe-177 de 19.09.2008). A alegação de que o acusado não praticou o crime que lhe é imputado envolve o reexame de fatos e provas, inviável no âmbito do *habeas corpus*. **O fato de o réu ser primário, ter bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita, por si só, não impede a decretação ou a preservação da sua prisão preventiva, se presentes, como no caso, os seus requisitos** (HC 93.972, rel. min. Ellen Gracie, DJe-107 de 13.06.2008). Ordem denegada.
(HC 96019, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, julgado em 16/12/2008, DJe-059 DIVULG 26-03-2009 PUBLIC 27-03-2009 EMENT VOL-02354-04 PP-00739).

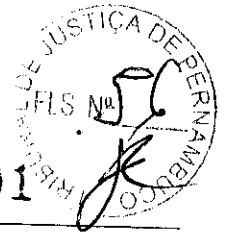
Diante do exposto, entendo estarem presentes os requisitos previstos no art. 312, do CPP. Ademais, é pacífico na jurisprudência que os prazos processuais não são peremptórios, ou seja, não resultam de uma simples operação aritmética, devem prosseguir dentro do princípio da razoabilidade. Exige-se, acima de tudo, prudência na aferição das circunstâncias e justificativas inerentes a cada caso.

A Defesa ressalta a primariedade, os bons antecedentes e o endereço certo do paciente, como condições subjetivas favoráveis à concessão da sua Liberdade Provisória. Todavia, não colaciona quaisquer documentos comprobatórios de tal alegação. No entanto, mesmo que o paciente seja, de fato, tecnicamente primário, está pacificado na jurisprudência, que não há impedimento na manutenção da custódia cautelar, quando preenchido os requisitos do art. 312, do CPP, conforme transcrição abaixo:

"O fato de o agente ter residência fixa, família constituída, ocupação lícita e ser primário, não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



101

impede que sua prisão preventiva seja decretada, uma vez que presentes os indícios suficientes da existência do crime e de sua autoria, bem como os requisitos da garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e segurança da futura aplicação da lei penal". (RJDTACRIM 30/354).

Em face do princípio da razoabilidade, nos termos do art. 5º, inciso LXXVIII da Carta Magna, a demora para o término da Instrução Criminal apresenta-se, até o momento, plenamente justificada, bem como a manutenção da custódia cautelar.

Por todo o exposto, e em consonância com o Parecer da douta Procuradoria de Justiça, **denego a ordem.**

É como voto.

Recife/PE, 27 de 01 de 2010.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator